

Brasil! Mostra sua VIBE: a realidade atual da educação brasileira e os desafios para uma escola que valoriza, inclui, acolhe e educa.

Brazil! Show your VIBE: the current reality of brazilian education and challenges for an inclusive, welcoming, and educating school.

Valéria Zacarini¹

Resumo

O Brasil ampliou o acesso à educação básica, mas ainda convive com desigualdades de aprendizagem, infraestrutura, valorização profissional e proteção da comunidade escolar. Este artigo organiza esses desafios em quatro dimensões: políticas públicas e financiamento; carreira e condições de trabalho docente; convivência, saúde mental e segurança; e corresponsabilidade entre escola, família e Estado. A proposta Brasil mostra sua VIBE, utiliza a sigla VIBE como eixo de ação: Valorização, Inclusão, Bem-estar e Educação orientada por resultados.

Palavras-chave: educação básica; políticas públicas; valorização docente; bullying; saúde mental; segurança escolar; família.

Abstract

Brazil has expanded access to basic education, but it still grapples with inequalities in learning, infrastructure, professional recognition, and protection of the school community. This article organizes these challenges into four dimensions: public policies and funding; teaching career and working conditions; school environment, mental health, and safety; and co-responsibility among school, family, and the State. The "Brasil mostra sua VIBE" proposal uses the acronym VIBE as an axis of action: Valuation (Valorização), Inclusion (Inclusão), Well-being (Bem-estar), and Results-oriented Education (Educação orientada por resultados).

Keywords: basic education; public policies; teacher recognition; bullying; mental health; school safety; family.

¹ Autora: Eng.^a Civil.

1 Introdução

A educação brasileira não pode ser avaliada apenas pelo número de matrículas, pela aprovação escolar ou pela existência física de prédios e salas de aula. A qualidade do sistema depende da aprendizagem efetiva, da permanência do estudante, da valorização dos profissionais, da segurança, da saúde mental e da capacidade de escola, família e poder público atuarem de forma coordenada. Em 2025, o Brasil registrou cerca de 46 milhões de matrículas em 178,8 mil escolas de educação básica. O dado revela a dimensão do sistema e, ao mesmo tempo, a complexidade de assegurar padrões mínimos de qualidade em territórios marcados por fortes diferenças sociais e regionais.

Embora o acesso esteja próximo da universalização para a população de 6 a 14 anos, o desafio central passou a ser garantir que estar matriculado resulte em aprender, desenvolver autonomia e concluir cada etapa na idade adequada. Os resultados das avaliações nacionais mostram que a recuperação das perdas de aprendizagem ainda é desigual. A expansão do tempo integral e de programas federais representa avanço, mas não substitui uma política contínua de infraestrutura, formação docente, gestão, proteção escolar e acompanhamento de resultados.

Nesse contexto, “Brasil! mostra sua VIBE” não deve ser tratada apenas como um slogan. A expressão pode representar um compromisso público com quatro fundamentos: Valorização dos profissionais; Inclusão com equidade; Bem-estar e proteção; e Educação com aprendizagem comprovada. Esses fundamentos ajudam a transformar uma lista de problemas isolados em uma agenda integrada de responsabilidade e execução.

2 A escola brasileira hoje

A realidade das escolas é heterogênea. Há redes com boa infraestrutura, conectividade, equipes multiprofissionais e resultados consistentes, enquanto outras ainda enfrentam carências de espaços adequados, manutenção, acessibilidade, equipamentos, internet, laboratórios, bibliotecas e apoio pedagógico. A falta de investimento não se limita ao volume de recursos: envolve distribuição desigual, planejamento descontínuo, baixa capacidade de execução e ausência de monitoramento sobre o impacto do gasto na aprendizagem.

Políticas públicas eficazes exigem metas mensuráveis, diagnóstico territorial e continuidade entre gestões. A União deve exercer funções de coordenação, financiamento e assistência técnica; estados e municípios precisam organizar suas redes, carreiras e serviços; e cada escola deve traduzir as diretrizes em um projeto pedagógico acompanhado por indicadores. Sem essa articulação, ações pontuais se multiplicam, mas os problemas estruturais permanecem.

Dimensão	Problema observado	Resposta necessária
Acesso e permanência	Matrícula elevada, mas frequência, aprendizagem e conclusão ainda desiguais.	Busca ativa, recomposição das aprendizagens e acompanhamento individual.
Infraestrutura	Diferenças de manutenção, conectividade, acessibilidade e equipamentos entre redes.	Padrões mínimos, investimento plurianual e controle da execução.
Gestão pública	Programas fragmentados e sujeitos à descontinuidade.	Metas, responsabilidades definidas e avaliação de impacto.
Convivência	Bullying, violência, indisciplina e baixa confiança institucional.	Protocolos preventivos, registro, acolhimento e responsabilização.

3 Valorização profissional e apagão docente

A desvalorização profissional resulta da combinação entre remuneração insuficiente, vínculos precários, planos de carreira pouco estruturados, excesso de tarefas e baixa participação dos professores nas decisões pedagógicas. O piso salarial nacional é um parâmetro mínimo e não substitui uma carreira que reconheça formação, experiência, desempenho responsável e condições reais de trabalho. Também não resolve diferenças de cumprimento entre redes nem a perda de atratividade da profissão diante de outras ocupações com escolaridade semelhante.

A sobrecarga de trabalho ultrapassa as horas em sala. Planejamento, correção, registros, reuniões, atendimento às famílias, formação e mediação de conflitos ampliam a jornada e, muitas vezes, avançam sobre o tempo pessoal. Quando a escola não dispõe de equipe de apoio, o professor passa a responder sozinho por demandas pedagógicas, sociais, emocionais e administrativas para as quais nem sempre recebeu formação ou suporte.

O chamado apagão de professores deve ser compreendido como risco de escassez seletiva: determinadas áreas, localidades e redes têm maior dificuldade para atrair e manter profissionais habilitados. A resposta exige planejamento da força de trabalho, concursos regulares, incentivos para áreas e territórios críticos, formação inicial articulada à prática, residência docente, acompanhamento dos iniciantes e carreiras previsíveis. Valorizar o professor não é apenas reconhecer simbolicamente sua importância; é criar condições para que permaneça na profissão e produza resultados educacionais sustentáveis.

4 Saúde mental empatia e respeito

O esgotamento emocional de professores e estudantes é parte do problema educacional, não um tema paralelo. Pressão por resultados, conflitos constantes, insegurança, jornadas extensas, dificuldades familiares e exposição digital afetam atenção, motivação e convivência. A resposta não pode reduzir sofrimento coletivo a uma obrigação individual de “ser resiliente”. Redes de ensino precisam implantar ações preventivas, fluxos de acolhimento e encaminhamento, apoio multiprofissional e articulação com saúde e assistência social.

Empatia e respeito devem aparecer como competências praticadas e como normas institucionais. Isso significa ouvir sem omissão, acolher sem encobrir agressões e responsabilizar sem humilhar. Uma cultura de respeito depende de regras conhecidas, aplicação coerente, participação estudantil, mediação de

conflitos e exemplos dados pelos adultos. A vontade de ver resultados precisa combinar expectativa elevada com apoio concreto: cobrar aprendizagem sem oferecer condições aprofunda desigualdades; oferecer apoio sem acompanhar resultados produz acomodação.

5 Bullying violência e segurança escolar

Bullying não é qualquer conflito ocasional. A Lei nº 13.185/2015 o caracteriza como violência física ou psicológica intencional e repetitiva, marcada por desequilíbrio de poder. A escola tem responsabilidade legal e pedagógica de promover conscientização, prevenção e combate à violência. A Lei de Diretrizes e Bases, alterada pela Lei nº 13.663/2018, incorporou expressamente esse dever, e a Lei nº 14.811/2024 reforçou a necessidade de protocolos de proteção, com participação da comunidade escolar e articulação com saúde e segurança pública.

A resposta institucional deve evitar dois erros: minimizar o fato como “brincadeira” ou tratar todo conflito como caso policial. A escola precisa registrar a ocorrência, proteger a vítima, preservar evidências quando houver meio digital, comunicar responsáveis, avaliar riscos, intervir pedagogicamente com os envolvidos e acionar a rede de proteção quando necessário. Casos graves, ameaças, lesões, discriminação ou risco à integridade exigem comunicação às autoridades competentes conforme a legislação e os protocolos locais.

Segurança escolar não se resume a controle de entrada, câmeras ou presença policial. Esses recursos podem integrar a estratégia, mas a prevenção começa com vínculo, capacidade de identificar mudanças de comportamento, canais confiáveis de denúncia, plano de emergência, formação da equipe e acompanhamento de situações de risco. Uma escola segura é aquela que reduz oportunidades de violência e responde de forma rápida, proporcional e documentada. 6

Distração digital indisdisciplina e desinteresse

A distração digital disputa atenção com atividades que exigem concentração prolongada. O problema não é somente o aparelho, mas o uso sem finalidade pedagógica, a fragmentação da atenção, a exposição a conteúdos inadequados e o deslocamento de conflitos para as redes sociais. Regras claras para dispositivos, educação midiática, proteção de dados e propostas pedagógicas mais ativas são medidas complementares. Proibir sem educar tende a deslocar o problema; liberar sem critérios compromete o ambiente de aprendizagem.

Indisciplina e desinteresse também não possuem uma única causa. Podem indicar lacunas de aprendizagem, ausência de sentido no currículo, sofrimento emocional, conflitos familiares, práticas pedagógicas pouco acessíveis ou regras inconsistentes. O diagnóstico deve preceder a sanção. Isso não elimina limites: a convivência escolar requer deveres, consequências proporcionais e reparação de danos. A autoridade pedagógica se fortalece quando a regra é legítima, previsível e aplicada com respeito.

6 A responsabilidade dos pais e responsáveis

A família não substitui a escola, e a escola não substitui a família. Aos pais e responsáveis cabe garantir frequência, rotina de estudos, limites, acompanhamento do rendimento, uso responsável de tecnologias e respeito aos profissionais e colegas. Também devem comunicar mudanças relevantes, comparecer quando convocados e buscar apoio especializado quando o estudante apresentar sinais persistentes de sofrimento, agressividade, isolamento ou queda de desempenho.

A corresponsabilidade não pode ser usada para culpabilizar famílias vulneráveis ou justificar omissões institucionais. Cabe à escola manter comunicação acessível, informar frequência e rendimento, acolher as

famílias e construir pactos objetivos de acompanhamento. Quando há negligência ou violação de direitos, deve acionar a rede de proteção. Quando há dificuldade socioeconômica, o caminho adequado é articular apoio público, e não atribuir fracasso moral à família.

7 Uma agenda técnica para a VIBE da educação

Eixo	Objetivo	Medidas prioritárias
V	Valorização	Carreira estruturada; remuneração digna; jornada com tempo de planejamento; apoio técnico; formação e proteção à saúde do trabalhador.
I	Inclusão	Infraestrutura acessível; equidade territorial; busca ativa; apoio às deficiências e diferenças; combate à discriminação.
B	Bem-estar	Protocolos contra bullying e violência; saúde mental; convivência ética; canais de escuta; articulação intersetorial.
E	Educação	Currículo relevante; recomposição da aprendizagem; uso pedagógico da tecnologia; metas públicas e avaliação de resultados.

A execução dessa agenda deve ser acompanhada por indicadores simples: aprendizagem por etapa, frequência, abandono, adequação da formação docente, vacâncias, afastamentos, ocorrências de violência, tempo de resposta, participação das famílias e execução dos investimentos. O objetivo não é produzir mais burocracia, mas identificar onde a política funciona, onde falha e qual correção deve ser adotada.

8 Considerações finais

A realidade da educação brasileira reúne avanços de acesso e problemas persistentes de qualidade, equidade e proteção. O enfrentamento exige continuidade das políticas públicas, financiamento vinculado a prioridades, valorização concreta dos profissionais, ambientes seguros, cuidado com a saúde mental e participação responsável das famílias. Nenhum desses elementos funciona isoladamente.

“Brasil mostra sua VIBE” pode, portanto, orientar uma proposta pública baseada em Valorização, Inclusão, Bem-estar e Educação. Mostrar essa VIBE significa substituir ações episódicas por compromissos verificáveis: professor respeitado e apoiado, aluno protegido e envolvido, família participante, escola estruturada e poder público responsável por resultados. Esse é o ponto de partida para que o direito à matrícula se converta, de fato, em direito de aprender.

Referências essenciais

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394compilado.htm

BRASIL. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Inclui medidas de prevenção e combate à violência e ao bullying na LDB.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13663.htm

BRASIL. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024. Institui medidas de proteção contra a violência em estabelecimentos educacionais.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2025. Notas estatísticas. Brasília, 2026.

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2025.pdf

INEP. Resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica 2023. Brasília, 2025.

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-deatuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados/2023>

MEC. Programa Escola que Protege. Brasília. <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege>

Nota da autora

Este artigo foi desenvolvido com apoio de ferramenta de inteligência artificial para organização textual e revisão, permanecendo sob análise e responsabilidade da autora.